de Direito, aprovada pelo decreto n.º 118, de 4 de Setembro de 1913, que não foram modificadas pelos artigos do presente decreto, continuam em pleno vigor, feitas as necessárias adaptações.

O Ministro de Instrução Pública, assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 16 de Junho de 1915. — *Joaquim Teófilo Braga* — *João Lopes da Silva Martins Júnior*.

DECRETO N.º 1:690

Tendo em vista as representações dos alunos do curso preparatório para as Faculdades de Medicina;

Atendendo aos pareceres das Faculdades interessadas;

Havendo sido ouvido o Conselho de Instrução Pública;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta do Ministro de Instrução Pública, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Os exames do curso preparatório para as Faculdades de Medicina (F. Q. N.), professado nas Faculdades de Ciências das três Universidades da República, realizar-se hão em duas épocas nos meses de Julho e Outubro de cada ano.

Art. 2.º As Faculdades de Ciências resolverão, autónomamente, sobre a forma e organização dos exames das quatro disciplinas que constituem o referido curso.

Art. 3.º Só poderão ser admitidos à matrícula nas Fa-

culdades de Medicina os alunos que tenham o curso preparatório completo.

O Ministro de Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 29 de Junho de 1915. — *Joaquim Teófilo Braga* — *João Lopes da Silva Martins Júnior*.

DECRETO N.º 1:691

Tendo sido ouvidas as Faculdades de Ciências das três Universidades da República;

Considerando que os cursos especiais de física e química das Faculdades de Ciências, tendo muito maior extensão do que os cursos gerais respectivos, podem perfeitamente dispensar a frequência destes últimos;

Atendendo ao parecer do Conselho de Instrução Pública;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta do Ministro de Instrução Pública, decretar que os alunos das Faculdades de Ciências das três Universidades da República, habilitados com os cursos especiais de física e química, sejam dispensados de frequentar os cursos gerais de física e química para o efeito de serem admitidos a exames de grupo em que figurem estes cursos.

O Ministro de Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 29 de Junho de 1915. — *Joaquim Teófilo Braga* — *João Lopes da Silva Martins Júnior*.